

Comunicado Conjunto – 03MAI2019



ANS



APG/GNR



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

AOFA



ASPPM



AP

Urge Corrigir as Consequências do Tempo de Congelamento!

No dia 2 de Maio de 2019, Quinta-feira, os deputados da Comissão de Educação e Ciência, da Assembleia da República, aprovaram, com os votos contra dos deputados do PS, uma nova redação do artigo 1º do diploma do Governo que agora passa a prever a recuperação integral do tempo de serviço para os professores: os 3.411 dias que foram congelados.

Foi, sem margem para dúvidas, um dia importante para os professores que viram reconhecido pelo parlamento, todo o tempo de serviço congelado, para além do facto de que, no próximo ano, todos os docentes irão recuperar dois anos, nove meses e dois dias de tempo de serviço em vez de essa recuperação ficar dependente do momento em que os professores subiriam de escalão, conforme previsto no diploma do Governo. Poderá ainda surgir como aspecto positivo a proposta de esses dois anos, nove meses e dois dias terem os efeitos retroactivos a Janeiro deste ano, reconhecidos de uma vez em 2020.

Aquilo que parecia ser uma matéria encerrada pelo Governo, dando o tempo de serviço como perdido, ganhou agora uma nova vida, uma vez que o tempo de serviço já não está em dúvida.

Porém, este reconhecimento de mais de nove anos de serviço, que são um ganho efectivo na batalha travada pelos professores, carece de uma análise mais atenta acerca do que foi efectivamente aprovado no Parlamento, ou seja, é necessário conhecer o texto final elaborado pela Comissão de Educação e Ciência.

Foi esta mesma matéria que levou as associações profissionais de militares das Forças Armadas (ANS, AOFA e AP), a associação de profissionais da Guarda Nacional Republicana (APG/GNR) e a associação de profissionais da Polícia Marítima (ASPPM), a encetarem reuniões de trabalho e iniciativas conjuntas com vista a verem corrigidas as consequências do tempo de congelamento na progressão das respectivas carreiras.

Depois do Plenário realizado por estas organizações no passado dia 15 de Abril, na Casa do Alentejo, em Lisboa, está em curso uma “Petição Pública” para recolha de assinaturas, com o objectivo de ser entregue na Assembleia da República.

Em reuniões com as respectivas tutelas políticas (ministério da Defesa Nacional e ministério da Administração Interna), foi apresentado aos dirigentes destas organizações o argumento de que a solução a aplicar a estes sectores profissionais, seria a mesma que fosse encontrada para os professores.

Perante a solução agora encontrada na Comissão de Educação e Ciência, é de toda a legitimidade questionar então para quando a aplicação de solução idêntica para os militares das Forças Armadas, para os profissionais da GNR e para os profissionais da Polícia Marítima?

Não deixaremos de pugnar por medidas que venham corrigir as consequências do tempo de congelamento na progressão das carreiras dos profissionais destes sectores!

ANS - Associação Nacional de Sargentos

APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas

ASPPM – Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima

AP - Associação de Praças

ANS - Associação Nacional de Sargentos - R. Barão de Sabrosa, 57 - 2º, 1900-088 Lisboa • Tel: 218 154 966 • Tlm: 938 850 481 • E-mail: contacto@ans.pt

APG/GNR - Associação dos Profissionais da Guarda - Rua Conde de Redondo, 74, 3º, 1150-109 Lisboa • Tel: 218 470 119 • Fax: 218 470 156 • E-mail: geral@apg-gnr.pt

AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas – Avenida Bulhão Pato, 7, 1º, 2825-846 Trafaria • Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-mail: geral@aofa.pt

ASPPM – Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima – Av. de Ceuta Norte, Lote 14, Loja 1, 1350-410 Lisboa • Tel: 213 649 707 • Fax: 213 649 707 • E-mail: geral@asppm.pt

AP - Associação de Praças - Rua Varela Silva, Lote 12, Loja B, 1750-403 Lisboa • Tel: 217 552 939 • E-mail: geral@apracas.pt